



## Média, tempo e memória

Isabel Babo

### Resumo:

Os média noticiosos tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão) atuam enquanto dispositivos de seleção, configuração narrativa e difusão dos acontecimentos. A par do poder da narrativa na estruturação do tempo e da experiência, pode considerar-se que a seleção pelos média do que se entende marcar o presente e o passado constitui um mecanismo de construção da memória social. Ou seja, a prática jornalística do relato dos acontecimentos pode ser entendida como uma atividade que dá a conhecer, confere sentido e é uma prática de memória, porque retém e regista, e a retenção e reprodução auxiliam a lembrança ou a recordação. Nessa medida, os média "fazem história", entrando no terreno da historiografia, e "fazem memória", participando e intervindo no processo de construção da memória coletiva. Porém, os média digitais, enquanto dispositivos caracterizados pela instantaneidade, velocidade, retenção e propagação de imagens e mensagens, introduzem novas possibilidades de comunicação, divulgação e arquivo, alterando, simultaneamente, as relações ao espaço e ao tempo. Interessamos interrogar se, uns e outros, média tradicionais e média digitais, de modos distintos, concorrem para a construção da memória coletiva ou, contrariamente, para o seu enfraquecimento, já que as novas tecnologias de informação e comunicação desenvolvem possibilidades ilimitadas de disseminação, de arquivo e de memória técnica, mas também desmaterializam e destemporalizam. Nessa medida, importa indagar se as relações ao tempo, ao lugar e à memória, estão em vias de sofrer alterações.

Para compreender como os média tradicionais e as novas tecnologias digitais intervêm na construção da memória, começa por esboçar-se um ponto de vista sobre uma fenomenologia e uma pragmática da memória, passando à questão da memória coletiva e da relação entre a história e a memória, para aplicar este questionamento às relações entre acontecimento, média e arquivo, à tecnicidade da memória, e às novas relações ao tempo e ao lugar nas redes.

**Palavras-chave:** média; tempo; memória, redes eletrónicas; reprodutibilidade técnica.

**Abstract:**

Traditional media (journal, radio and television) work as devices of selection, narrative configuration and dissemination of events. In the same way, as the power of narrative in the structuring of time and experience, it can be said that the selection by media of what we intend to mark in the present and in the past is a mechanism for the construction of social memory. Thus, the journalistic practice of reporting events can be understood as an activity that makes acknowledged, gives meaning and that is a practice of memory, because it preserves and indexes, and retention and reproduction aid to remember or to evoke. So, the media "make history", by going into the terrain of historiography, and "make memory", by participating and interfering in the process of building collective memory. However, digital media – as devices characterized by instantaneity, speediness, retention and propagation of images and messages – introduce new possibilities of communication, dissemination and archiving. At the same time, they change the relations in space and in time. We are interested in inquiring whether traditional and digital media contributes to the construction of collective memory or, on the contrary, to their deterioration, since the new information and communication technologies have unlimited possibilities of dissemination, archival and technical memory, as well as dematerialization and timelessness. Therefore, it is important to ask if the relations with time, space and memory might suffer ongoing changes.

In order to understand how traditional media and new digital technologies intervene in the construction of memory, we begin with a perspective on a phenomenology and on a pragmatics of memory, moving on to the question of collective memory and to the relation between history and memory. We intend to apply this interrogation to the relationships between event, media and archive and also to the technicity of memory, and to the new relations to time and space in digital networks.

**Keywords:** media; memory; time; electronic networks; technical reproducibility.

## Introdução

“As nações não vivem somente no tempo histórico mas também no tempo dos média”  
(James Carey, 1992: 44)

“O meio digital é um meio de presença. A sua temporalidade é o presente imediato”  
(Byung-Chul Han, 2016: 27)



Pode considerar-se que nas redes digitais é a presença, o número e a velocidade que dominam e não as narrativas e, a partir destas, a história. Essa é a posição de Byung-Chul Han (2016: 46), para quem “o contar digital é uma categoria pós-histórica”. A cultura digital é aditiva e não narrativa, *absolutiza* o número, i.e. enumerar e calcular (contam-se os amigos no facebook, os “gostos”, etc.). Por isso, em lugar da ação tem-se a operação (Han, 2016: 64). Daí decorre que, como nas interconexões das redes digitais vigoram a presença, o número e a aceleração, as coordenadas espaço-temporais da ação (e do acontecimento) esvaem-se e, desse modo, esbate-se a relação ao tempo e ao lugar. Nessa medida, a narração ou a *mise-en-intrigue* da ação não tem lugar na rede e, por aí, dissipa-se também o sentido da história.

Por seu lado, os média noticiosos tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão) atuam como dispositivos de seleção, configuração narrativa e difusão dos acontecimentos, enquanto entidades temporais inseridas em narrativas<sup>1</sup>. Sendo conhecido o poder da narrativa na estruturação do tempo e da experiência, pode dizer-se que, a par da configuração narrativa dos acontecimentos, a seleção pelos média do que se entende marcar o presente e o passado constitui um mecanismo de construção da memória social. Desse modo, a prática jornalística do relato dos acontecimentos pode ser entendida como uma atividade que dá a conhecer, confere sentido e é uma prática de memória, porque retém e regista, e a retenção e reprodução auxiliam a lembrança ou a recordação. Nessa medida, os média “fazem história”, entrando no terreno da historiografia, e “fazem memória”, participando e intervindo no processo de construção da memória coletiva. Porém, e ao mesmo tempo, os média digitais, enquanto dispositivos caracterizados pela instantaneidade, velocidade, retenção e propagação de imagens e mensagens, introduzem novas possibilidades de comunicação, divulgação e arquivo, alterando, simultaneamente, as relações ao espaço e ao tempo. Uns e outros, média tradicionais e média digitais, de modos distintos, concorrem para a construção da memória coletiva (ou, contrariamente, para o seu enfraquecimento), já que as novas tecnologias de informação e comunicação desenvolvem possibilidades ilimitadas de disseminação, de arquivo e de memória técnica. Importa, por isso, indagar se o tempo, o lugar e a memória, ou se as relações ao tempo, ao lugar e à memória, estão em vias de sofrer alterações.

Reivindicando, neste texto, a importância de uma pragmática da memória no âmbito dos média, coloca-se a questão de saber como os média tradicionais e as novas tecnologias

---

<sup>1</sup> O acontecimento é uma entidade temporal por excelência que requer um presente e um passado. Como bem advertiu Koselleck (1990: 134), “é preciso um mínimo de antes e de depois para constituir a unidade de sentido que faz de qualquer coisa que se passa um acontecimento”.



digitais intervêm na construção da memória. Começarei por esboçar um breve ponto de vista sobre uma fenomenologia e uma pragmática da memória, dando conta, de seguida, da memória coletiva e da relação entre a história e a memória<sup>2</sup>, para aplicar este questionamento às relações entre acontecimento, média e arquivo e, por fim, desembocar na questão da tecnicidade da memória e do presente contínuo nas redes tecnológicas.

## 1. Fenomenologia e pragmática da memória

O ato de se lembrar ou evocar (mnémo) produz-se logo que o tempo passou. Há uma distinção entre mnémé, que significa evocação ou simples presença da lembrança, e anamnésis, que supõe procura ou esforço de lembrança. Na recordação há a “presença do ausente” (em Platão, no Teeteto, é a aporia que a memória coloca) e o esforço que isso requer, que é a atualização do ausente anteriormente percebido, experimentado ou sentido, ligando-se, por isso, ao *pathos* e à afeição.

Na perspetiva da fenomenologia da memória (Ricoeur, 2000: 26), dir-se-á que nada melhor do que a memória para significar que qualquer coisa aconteceu, teve lugar, passou-se antes e que nós declaramos recordar-nos. Devendo, no ato de memória, distinguir-se a questão “o quê?” das questões “como?” e “quem?”. Porque a memória tem um carácter objetual, na medida em que nos recordamos de qualquer coisa, existindo na linguagem a distinção entre a memória como *visée* e a recordação como coisa visada. Esta, por sua vez, detém uma certa dimensão evenemencial, pois é o equivalente fenomenal do acontecimento físico. Fala-se, por isso, na memória e nas recordações, e em *noése*–rememoração e *noéme*–recordação ou lembrança, pois na recordação temos a presença do ausente e o esforço que isso requer (um esforço da lembrança ou um trabalho de lembrança, de trazer à memória ou de trazer ao presente o passado), que está subjacente a toda a rememoração ou reprodução. Porque a lembrança como recordação e reprodução é secundária, como definiu Husserl, em relação à lembrança primária imediata ou retenção. Sendo de notar que, enquanto a memória como capacidade e ato (efetuação) é singular, as recordações dizem-se no plural, pois têm-se recordações.

Há, assim, uma dimensão pragmática da memória, pois lembrar-se ou recordar-se é acolher, receber uma imagem do passado, procurá-la, “fazer” qualquer coisa, como assinala Ricoeur (2000: 67); é declarar que se viu, fez, alcançou isto ou aquilo. Ou seja,

---

<sup>2</sup> Ver I. Babo-Lança (2010, 2011, 2012).



há uma noção de ação aplicada à memória, porque a memória procura e age. Portanto, fazer memória (*faire mémoire*; Ricoeur, 2000: 67) inscreve-se numa exploração prática do mundo. O verbo recordar-se duplica o substantivo “recordação” e designa o facto de que a memória é exercida.

Enquanto Platão fala da mimética icónica (*eikón* – representação), abrindo lugar às “técnicas imitativas”, numa abordagem que se dirá de cariz cognitivo, Aristóteles, por seu lado, descreve a lembrança como uma *mnémé* - afeção (*pathos*) e a *anamnésis* como a procura, a recordação, da qual decorre a dimensão pragmática. Uma pragmática da memória vincula-se à lembrança como uma afeção (*mnémé* - *pathos*) e à *anamnésis* como procura e recordação, ou seja, ao esforço de memória ou ao trabalho de rememoração (Bergson falava do esforço de memória e Freud do trabalho de rememoração). Ou seja, na operação de recordação há uma dimensão cognitiva – o reconhecimento designa a vertente cognitiva da recordação – e uma dimensão prática que se prende com o esforço e o trabalho de procura. Como assevera Ricoeur (2000: 68), a rememoração recobre uma operação cognitiva e uma operação pragmática, sendo uma operação que reúne a *anamnésis* à recordação.

Pode, pois, afirmar-se que a memória é exercida pelo historiador, pelo narrador, pelo jornalista (havendo vários usos da memória; o uso pedagógico, por exemplo, decorar, saber uma lição, um verso) e que existe um poder exercido no ato de fazer memória, ao qual não é indiferente o facto de a memória ser seletiva e de, em torno da memória, se colocar uma questão de seleção. O historiador “faz história” (a operação historiográfica constitui uma prática teórica e crítica) e cada um de nós “faz memória”, havendo na memória e na história as duas operações, cognitiva e pragmática, interligadas.

Ora, se o trabalho de memória ou de rememoração está contido, por excelência, na história enquanto disciplina, não deixa de ser exercido também no jornalismo, ambos supondo a ação de seleção e, em graus diferentes, a contextualização das ocorrências mediante uma história causal e temporal, cuja textura dota de sentido o acontecimento. Vejamos, então, a ligação entre a história e a memória, começando pela memória coletiva para, de seguida, passarmos à história e, depois, colocarmos a questão da notícia, dos média e do arquivo.

## **2. A memória coletiva**

A história e a memória não podem ser colocadas como equivalendo-se. O historiador detém a tarefa de “organizar o passado em função do presente” (Febvre, 1985), sustentando um estatuto de mediador entre o presente e o passado (Bédarida, 1999),



tomando como ponto de partida o presente. Porém, enquanto a memória se liga ao existencial, a história, como conhecimento, requer distanciamento. É assim que Maurice Halbwachs (*Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925/2002), como outros autores na tradição das ciências sociais, defendeu uma separação entre a memória, com a carga de subjetividade que a acompanha, e a história, que se pretende objetiva. Nessa linha de pensamento, o autor manteve que a memória coletiva, assente nas percepções e recordações impregnadas de pontos de vista, é dos grupos e não o terreno e o dispositivo do historiador (questão cujo tratamento atual é diverso, no sentido em que se produz história a partir das recordações e memórias dos grupos). Contudo, e este aspeto interessa realçar, insistiu que os indivíduos recordam, no sentido literal, mas são os grupos sociais que elaboram aquilo que é “memorável” e a maneira como será recordado. Nessa medida, importa-nos encarar como Maurice Halbwachs trata a questão dos quadros sociais da memória. Não há recordação que possa ser puramente interior e que só se conserve na memória individual. Como esclarece Halbwachs (2002: 199), “o tempo, o espaço, a ordem dos acontecimentos físicos e sociais, tal como são reconhecidos e fixados pelos homens do nosso grupo, impõem-se-nos”.

Não há memória estritamente individual, no sentido em que a memória individual se enquadra nos quadros da memória coletiva. Pode igualmente dizer-se – como explana Halbwachs – que “o indivíduo recorda colocando-se no ponto de vista do grupo, e que a memória do grupo se realiza e se manifesta nas memórias individuais” (Halbwachs, 2002: 7).

É que, na perspetiva de uma sociologia da memória, do mesmo modo que não há uma ideia social que não seja ao mesmo tempo uma recordação da sociedade, as ideias da sociedade incorporam-se em pessoas: “Mesmo quando correspondem ao presente, e o expressam, as ideias da sociedade tomam sempre corpo em pessoas ou em grupos (Halbwachs, 2002: 210). As recordações são construídas por grupos e a memória depende dos contextos sociais, por isso, mesmo o pensamento individual se recoloca nos quadros sociais da memória e participa da memória coletiva.

Os quadros coletivos da memória são constituídos por ideias, juízos, imagens com significação social que se reportam ao passado e servem de referência, apresentando uma certa estabilidade e generalidade. São “os instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que se ajusta em cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (Halbwachs, 2002: 7). Halbwachs explica que não há percepção sem recordação e, inversamente, não há recordação sem percepção, ou seja, não há recordação que possa ser puramente interior e se conserve somente na memória individual, como não há percepção exterior e isolada sem o ponto de vista



possível dos outros (Halbwachs, 2002: 196-197). Quer a reconstrução coletiva do passado quer a memória coletiva apoiam-se nas percepções e recordações que, por sua vez, são enformadas pelos vários sistemas de convenções sociais. As palavras e o seu sentido são uma condição do pensamento coletivo e as palavras correspondem a recordações ou cada palavra comporta recordações. A linguagem e o sistema de convenções que lhe está ligado, como realça Halbwachs (2002: 199), permite reconstruir o passado. Contudo, as palavras e as suas significações alteram-se segundo os grupos e os tempos, assim como as ideias e imagens que se ligam às noções, as reflexões decorrentes da experiência, as ideias, os juízos e as crenças sociais incorporam os quadros sociais da memória. Estes são coletivos e estáveis, mas também sujeitos à duração e ao tempo que decorre. Como observa o autor,

a sociedade, segundo as circunstâncias, e segundo os tempos, representa o passado de diversas maneiras: ela modifica as suas convenções. Como cada um dos seus membros se submete a essas convenções, inflecte as suas recordações no próprio sentido em que evolui a memória coletiva. (Halbwachs, 2002: 199)

Por isso, o pensamento social é essencialmente uma memória feita de recordações coletivas reconstruídas segundo os quadros atuais. Gérard Namer (1999: 349), que reflete sobre os quadros sociais da memória, observa que “a recordação é uma reconstrução do passado a partir da representação que um grupo tem dos seus interesses atuais”. A memória coletiva metamorfoseia-se na própria medida em que os grupos sociais interpretam o passado em função dos quadros do presente. Razão pela qual Halbwachs insistia que “é preciso renunciar à ideia de que o passado se conserva tal e qual nas memórias individuais” (Halbwachs, 2002: 199).

### **3. História e memória**

Pode falar-se em memória individual, memória coletiva, memória histórica. Hoje, entende-se que a memória individual e a memória coletiva integram o território do historiador, havendo mesmo uma impossibilidade, como Ricoeur (2000) considera, de dissociação entre a memória e a história. “A história é uma memória verificada” (Ricoeur, 2000: 111), mas não há sequência entre memória e história. É o testemunho que constitui uma estrutura fundamental de transição entre as duas (Ricoeur, 2000). É pela revelação e pelo exame do testemunho ou do documento que a memória se torna história. É o acontecimento de que trata a história reveste a forma proposicional que lhe é concedida pelo estatuto de facto; ou seja, na história, o acontecimento é um facto: facto histórico. É assim que Ricoeur (2000) defende que a memória é “esclarecida pela



historiografia”, ao mesmo tempo que a história é passível de “reanimar uma memória em declínio”. O desafio da historiografia é a busca de uma política da “justa memória”. Se vivemos numa época submetida ao “dever de memória”, como declara Pierre Nora (1999: 345), o historiador partilha com os outros essa obrigação de se ocupar da memória, mas o seu papel consiste em estabelecer a verificação e a crítica, dispondo, não obstante, do poder de registrar, transmitir e legitimar esta ou aquela memória. Porém, Ricoeur (2000: 69) lembra que há uma “vulnerabilidade fundamental da memória que resulta da relação entre a ausência da coisa recordada e a sua presença sob o modo da representação”. Havendo lugar a decorrer daí uma relação problemática com o passado (os abusos da memória ou a memória manipulada, nas sociedades totalitárias, por exemplo), mas, simultaneamente, uma relação ao tempo. A memória, na perspectiva da consciência, como defendeu Santo Agostinho (Confissões, Livro XI), possibilita a compreensão da passagem do tempo, sendo no presente da consciência que existem os três tempos ou o triplo presente: “presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das coisas futuras”<sup>3</sup>. A memória é o presente do passado, a expectativa é o presente do futuro e a atenção é o presente do presente. Ora, na modernidade, foi o projeto de futuro e de devir da história que implicou sair do domínio singular e contingencial do acontecimento para entrar no campo da história, ou na noção moderna de história. E se a história é feita de descontinuidades, como observa Roger Chartier (1999), na própria medida em que os acontecimentos não se repetem, parte do trabalho historiográfico consiste numa doação de sentido por meio de uma interligação entre factos e pela produção de uma sequencialidade que introduz não somente uma interpretação, mas também uma explicação (interpretação e explicação entrelaçam-se na hermenêutica histórica). O trabalho historiográfico, com efeito, produz uma conexão causal entre acontecimentos ou factos (um por causa do outro), que é conferida à sucessão de acontecimentos (um depois do outro) e garante a continuidade que forma uma história.

Seguimos Hannah Arendt (1990: 114) que, no ensaio “O conceito de história”, alega que

a história – fundada sobre a hipótese manifesta que as ações singulares, tão contingentes quanto possam parecer no momento e na sua singularidade, conduzem inevitavelmente a uma sucessão de acontecimentos formando uma história que pode ser restituída por uma narrativa inteligível desde o momento em que os acontecimentos recuam para o passado.

---

<sup>3</sup> Ou “memória presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e expectativa presente das coisas futuras” (Santo Agostinho, Confissões, Livro XI, 20).





Na época moderna, a história tornou-se um processo feito pelo homem ou o resultado da ação humana<sup>4</sup> e o processo histórico confere importância ao tempo e à sucessão temporal, em que vigora a ideia da continuidade. É assim que, como explica a autora, as ideias modernas de processo, de progresso e de desenvolvimento se coadunam com a ideia moderna de História. Mas Hannah Arendt (1990) esclarece que há uma descontinuidade histórica e uma continuidade narrativa operada pela historiografia. Na concepção da autora, a história deixa de ser uma sucessão de acontecimentos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o continuum histórico. Na narrativa do passado, importa a possibilidade de narrar experiências que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos do presente, de modo a que se encontrem correspondências entre o passado e o presente.

Ao recorrer-se à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estas narrativas transformam-se em história e um conjunto de factos ganha sentido. Ora, um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. Inspirada em Walter Benjamin, Arendt argumenta que o historiador deve ficar atento ao novo. Este desvenda o que não era percebido e considerado como passado e, como esclarece a autora, o presente não esquece nem domestica o passado, mas recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. O conceito de história reabilita, assim, os acontecimentos e factos históricos nas suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente. Justamente, hoje, a história reabilita o contingente, a crise, o acontecimento (o retorno do acontecimento de que fala P. Nora, 1974), na medida em que a continuidade não é uma alternativa ao acontecimental e à mudança.

#### **4. Relações entre média, história e memória**

O acontecimento é uma entidade histórica e jornalística por excelência e a sua temporalidade é o presente. Ora, o presente é o objeto da narrativa jornalística, enquanto a história se ocupa do passado. Por isso, o dispositivo compreensivo e explicativo da história, suportado pela dimensão empírica e documental, distingue-se da lógica jornalística que vive ao ritmo do acontecimento e que se subordina ao presente

---

<sup>4</sup> H. Arendt, no ensaio “O conceito de história”, esclareceu que, na época moderna, a história tornou-se um processo feito pelo homem e resultado inevitável da ação humana, e uma busca por processos fabricados (*fabricação*). Como a autora afirmou, sob o ponto de vista da sua teoria da ação, o homem age na história e o resultado é a história tornar-se um processo.



constante do que se designa atualidade. Já Robert E. Park, em meados do século XX, assinalava:

As mudanças ocorridas nos últimos anos têm sido tão drásticas e rápidas que o mundo moderno parece ter perdido a sua perspectiva histórica, enquanto todos nós parecemos viver o nosso dia-a-dia no que descrevi anteriormente como um 'presente ilusório'. Nestas circunstâncias, a história parece ser lida ou escrita estabelecendo a comparação do presente com o passado, principalmente para nos permitir compreender o que nos acontece, e não, como os historiadores afirmavam, para 'saber o que realmente aconteceu' (Park, 2002: 47).

Aquilo que Park denunciou, que hoje não deixou de se acentuar, é que na premência de compreender o presente, o presente prevalece sobre o passado e a dimensão compreensiva evidencia-se. Já não se trata de garantir a continuidade, cuja lógica marcou a história moderna, e já não se trata de perceber o passado na sua realidade empírica, ou aquilo que realmente ocorreu, mas trata-se da emergência do presente como categoria de inteligibilidade (das sociedades, dos outros e de nós próprios).

Pierre Nora, em *L'avènement mondial de la mémoire* (2002), adverte que o fenómeno mais contínuo e permanente já não são a permanência e a continuidade, mas a mudança. Mudança cada vez mais rápida e um passado que se afasta cada vez mais depressa. Há como que um rompimento com o passado que é colocado à distância e, por isso, reencontramos o passado por meio de operações de reconstrução documental e de arquivo, que resultam de um efeito de acumulação ligado ao sentimento de perda. Este último desloca a memória para uma memória construída pelas instituições (por meio de celebrações e comemorações) e pelos instrumentos de memória: museus, arquivos, bibliotecas, coleções, bancos de dados, cronologias, etc. O resultado é a quebra da unidade e linearidade modernas do tempo histórico, que uniam o presente ao passado e ao futuro. Hoje, a incerteza sobre o que será o futuro, como adverte Nora, produz no presente – que dispõe de incomensuráveis meios tecnológicos de conservação – uma obrigação de lembrança. O “dever de memória”<sup>5</sup> que avassala o presente é, como advoga o autor, fruto da incapacidade de antecipação do futuro e da ausência de dimensão teleológica da história. O passado não é mais garantia do futuro, daí a promoção da memória como agente dinâmico e promessa de continuidade. Há a valorização da “memória coletiva” e a passagem de uma consciência histórica a uma consciência social que, segundo Nora, se encontra em fenómenos vários (ocorrência das identidades sociais; movimentos de emancipação das etnias, grupos, povos;

---

<sup>5</sup> Enquanto Paul Ricoeur prefere a expressão “trabalho de memória” (*travail de mémoire*), Nora (2002) aceita a expressão “dever de memória” desde que esta adquira um sentido mais lato do que o sentido moral, ligado ao património, ligado à “perda” e não à “dívida”.



emergência das memórias das minorias para quem a recuperação do seu passado faz parte da afirmação de identidade; incremento dos usos do passado: políticos, turísticos, comerciais; intensificação das comemorações e celebrações nacionais).

Ora, as memórias coletivas, locais, culturais, particulares, fragmentadas, que se ligam a mundos vividos concretos, culturais, e a memórias comuns, não equivalem à memória histórica ou ao modelo histórico. Também a função narrativa dos média recupera memórias fragmentadas e não adota a epistemologia da história. Nessa medida, a relação entre a história e o jornalismo fica sobretudo circunscrita ao facto de a prática historiográfica recorrer a documentos jornalísticos para reconstruir o passado. E como o documento histórico pode ser entendido como tudo o que surge como relevante para a “reconstrução” do passado, a notícia (a palavra e a imagem) constitui um documento histórico em termos de inscrição (exteriorização e fixação) e valor de relato, ou descrição de factos e narração (de situações, acontecimentos, intrigas).

## 5. Memória, arquivo e reprodutibilidade técnica

A escrita, ou a cultura tipográfica, os registos (inventários, arquivos) exteriores e objetivados (imagem e linguagem; fotografia, vídeo, texto escrito), as marcas culturais (vestígios arqueológicos, textos, imagens, arquivos) são uma memória exterior (inerte, legado) que é pública. A marca, entendida na analogia da marca ou impressão deixada na placa de cera (Platão, Teeteto), é uma incisão (Parret, 2009), ou seja, inscrição e, nesse sentido, abandona a história evenemencial.

Em Platão, no Teeteto, a memória é remetida para a escrita; no Fedro, a escrita é distinguida da memória; a memória é da ordem do vivo, orgânico, e distingue-se a memória viva da memória morta. Para Sócrates, no Fedro, a exteriorização da memória é uma perda de memória e de saber, colocando Platão uma oposição entre *logos* (inteligível) e *tekhnè* (sensível), opondo-se a memória viva (*anamnesis*) à memória morta, portanto técnica. A *anamnese* é a memória viva que pratica o reconhecimento, a *hipomenese* é a memória morta, exterior; o *logos* é o sentido vivo e o *graphein* o sentido morto. A memória humana exteriorizada e objetivada é técnica (Stiegler 2009: 11) e expande-se tecnicamente em mnemotécnicas (alfabeto, imprensa...) e mnemotecnologias (televisão, telefone, computador).

O processo de exteriorização técnica é, justamente, um processo de constituição de uma “terceira camada de memória”, se adotarmos a argumentação de Bernard Stiegler (2009: 17). O autor sustenta que os indivíduos são constituídos por duas memórias: a memória da espécie ou genoma e a memória do indivíduo, somática e experiencial;



contudo, “o homem acede a uma terceira memória suportada pela técnica” (Stiegler, 2009: 176). Diremos, então, que a memória que os média instituem é uma terceira camada de memória, além da memória dos grupos e da memória dos indivíduos.

O acontecimento registado sob a forma de escrita ou de imagem torna-se repetível, reproduzível, transmissível, pode ser recordado, re-narrado, visto, revisto, donde, também cartografado e a-temporalizado. Como Maria Augusta Babo (2009) explica, o arquivo ou a espacialização arquivística é a “forma que toma a prótese exterior da memória” (Babo, 2009: 50), em que a ordem temporal se reverte em ordem topológica (“uma archè sem kronos”; M. A. Babo, 2009: 50). O arquivo, como dispositivo de armazenamento de informação, contém um conjunto organizado de documentos, registos, gravações que testemunham um passado sob a forma de história documental ou de memória exterior que é pública. No arquivo, o acontecimento abandona uma história evenemencial para se assemelhar à marca como incisão, ainda que a marcação, como argumenta M. A. Babo (2009), que é espacial, seja também espacio-temporal no sentido em que se percorrem as recordações.

A história, por sua vez, é cronológica e topológica, porquanto o fenómeno da datação tem como paralelo o da localização, na medida em que há uma ligação entre a data e o lugar, e a ligação tempo-espaco corresponde à datação-localização. A data produz um lugar no tempo e o esforço de memória é em grande parte um esforço de datação (Quando? Quando aconteceu? Desde há quanto tempo? Quanto tempo durou?). A atestar esta correlação entre a espacialidade e a temporalidade, está a recorrência de como as coisas recordadas são associadas a lugares (“lugares de memória”). Também em termos de descrição de um acontecimento e de prática jornalística, as questões temporais e espaciais são os eixos norteadores da notícia e pertencem à semântica natural da ação e do acontecimento. Segundo a dialética da questão e da resposta, que está subjacente ao discurso da ação, analisado por Ricœur (1983; 1990), a descrição de uma ação responde às questões: Quem? O quê? Porquê? Como? Onde? Quando? – “Quem faz ou fez o quê, com que fim, como, em que circunstâncias, com que meios e quais os resultados?” (Ricœur, 1990: 75).

Sob o esforço arquivístico e museológico (bibliotecas, museus, património arquitetónico, depósitos de marcas materiais, arquivo digital, coleções, stocks, bancos de dados) a relação com o passado, com a memória e com a história, altera-se. Por um lado, como advoga Stiegler (2009: 22-23), assiste-se à hiperindustrialização da memória e dos

---

<sup>6</sup> “A memória técnica é epifilogenética: é o produto da experiência individual epigenética e o suporte filogenético da acumulação dos saberes, constituindo o phylum cultural intergeracional” (Stiegler, 2009: 17).



saberes num processo de “proletarização generalizada” dos saberes e de hipomnese<sup>7</sup> (controlo industrial da memória através das mnemotecnologias), por outro lado, o presente torna-se imediatamente passado.

O passado e a tradição são reencontrados por meio de operações de reconstrução documental, de culto do património e do arquivo que fazem da memória uma memória construída. Estabelece-se uma ligação entre presente e memória, como considera Pierre Nora (2002), porque o passado já não é garantia do futuro e a memória torna-se em agente dinâmico e promessa de continuidade. Nora refere a sacralização da memória, a valorização da noção de “memória coletiva” e os efeitos da sua supremacia: intensificação rápida dos usos do passado e inflação das comemorações e celebrações nacionais. Daqui decorre que o historiador não detém mais o exclusivo da reconstrução do passado e doravante partilha este papel com os média, muito especialmente com o jornalista, com a testemunha, com o poder público, com o político, com o juiz, com o legislador. À história ou à memória histórica substitui-se a memória ou o modelo memorial, nas palavras de Ricoeur (2000: 110) com “um outro uso do passado, imprevisível e caprichoso”. A questão que Ricoeur coloca, e que persiste hoje como interrogação, é a que modelo histórico se substitui o modelo memorial?

Ora, a inversão do histórico no comemorativo encontra nos média um lugar de eleição, de exposição, de espetacularização que é patente no âmbito dos “acontecimentos mediáticos” (“media events”; Dayan & Katz, 1999). Estes dizem respeito às grandes cerimónias televisivas características das sociedades contemporâneas, organizadas em função dos média (acontecimentos programados, telecerimónias em direto), que dependem da utilização das tecnologias de comunicação e estão comprometidos com a estética da produção televisiva (com a expressão televisiva, com o jornalismo, com a narração). São programados e transmitidos à medida que ocorrem, em tempo real (transmissão em direto de acontecimentos televisivos como um mundial de futebol, os jogos olímpicos, um casamento real) e, sobretudo, são concebidos para a sua receção e para a sua reproduzibilidade: “A era da televisão pode ser, portanto, não apenas aquela em que a reprodução é tão importante quanto o original, como Benjamin (1968) propôs, mas também a era em que a reprodução é mais importante do que o original” (Dayan & Katz, 1999: 30).

Com as novas tecnologias da comunicação e da informação, com o digital e os dispositivos pessoais de comunicação, a mediação tecnológica do ecrã e a

---

<sup>7</sup> A *hipomnese* é a memória exterior, maquinica, morta. Sócrates, no *Fedro*, defendia que a exteriorização da memória é uma perda de memória e de saber.



reprodutibilidade da imagem (e do acontecimento) tornam-se modos de sensação e percepção – de sentir e ver o mundo –, de retenção e de memória.

As mnemotecnologias, segundo uma lógica de alastramento e reprodutibilidade, produzem um efeito de acessibilidade total da memória humana nas redes digitais, pela multiplicação, reprodução e arquivo ilimitados de mensagens, imagens e vídeos, que os avanços tecnológicos possibilitam. A memória é, assim, objetivada, pois é transferida para objetos e dispositivos que funcionam como suportes. As notícias, as mensagens pessoais e institucionais emitidas e recebidas, as imagens captadas, são disseminadas, propaladas e, simultaneamente, conservadas em registo. A documentalidade entra “na era da sua reprodutibilidade mecânica” (Ferraris, citado por Furtado, 2009: 63), colocando-se a questão da mediação técnica e da dissociação entre o suporte e a inscrição, o que não ocorria no papel.

Os meios e os modos – redes digitais, internet; interatividade, instantaneidade, reprodutibilidade, atualização contínua – conjugam-se com a possibilidade ilimitada de arquivo e de consulta (de produção e de recepção), de memória e de personalização (weblogues, Facebook, Twitter, Instagram, etc.). A incomensurável potência mnésica das redes digitais e a fácil acessibilidade fazem com estas se tornem um lugar preeminente da memória humana, individual e coletiva. Por isso, nas redes sociais digitais conectadas (internet e dispositivos móveis de conexão: tablet, smarthphone, ipod, etc.) vigora, mediante as possibilidades ilimitadas de expressão e disseminação de mensagens, sons e imagens, e de arquivo, a hiperindustrialização da memória, na terminologia de Stiegler.

## **6. Redes digitais e presente contínuo**

A rede eletrónica, criada a partir de conjuntos complexos de vias virtuais interligadas, estabelece uma circulação de fluxos (Castells, 1999) a-espacializada, desterritorializada, “flutuante”, “em suspenso”, “fora do solo” (Paquot, 2009: 106), em que prevalece a velocidade e a rapidez das interconexões, ou seja, a simultaneidade e a comunicação em tempo real que autonomizam o presente, simulam a proximidade e esbatem as distâncias<sup>8</sup>.

A instantaneidade, condicionada pelo funcionamento da máquina, instaura o tempo tecnológico, diferente do tempo histórico da duração e do processo (o processo histórico, como explicou Arendt, e como vimos, confere importância ao tempo e à

---

<sup>8</sup> Ver I. Babo (2017).



sucessão temporal). A ordem temporal da sucessão (que, na narrativa, se revertia em ordem causal) dá lugar à simultaneidade e, como observa Sodré (2009: 30), o tempo e o espaço interligados tornam-se elásticos: aumentando a velocidade dilata-se o tempo. O fluxo acelerado das informações e comunicações produz, então, esse tempo dilatado ou um perpétuo presente, assim como instaura o instantâneo, uma temporalidade imediata e a efemeridade. Nessa esteira, Pierre Lévy (1990) considera que na rede impera “uma espécie de implosão cronológica” ou um continuum presente, que altera a relação ao presente, ao passado e ao futuro. Contudo, interessa também dar conta que, se a rede digital como que anula o tempo, autonomizando o presente por meio da sobreposição e da instantaneidade, igualmente a lógica topológica se encontra ameaçada. Massimo Di Felice (2013: 59) assinala uma temporalidade sincrónica nas redes virtuais, admitindo que nelas imperam “sincronia” mas também “atopia”. A atopia, como o autor explica,

não remete à ausência de lugar, mas (...) a uma localidade fora do local, uma localidade indizível (...). Na atopia a especificidade da ação e da localidade é o resultado do decorrer de interações e, como na ontologia heideggeriana, de um processo relacional. (Di Felice, 2013: 59-67)

Di Felice sustenta que o próprio espaço físico urbano, em que se usam as redes digitais, se encontra contaminado e tomado pelas mediações tecnológicas que o incorporam, resultando uma condição de habitar “atópica” que “envolve ecossistemas comunicativos e informativos” (Di Felice, 2012a: 43). Ou seja, essa condição habitativa advém da interação entre dispositivos de conectividade, circuitos informativos e territorialidades. Desse cruzamento e entrelaçamento entre comunicação, informação, tecnologia e território decorre, na perspetiva do autor, um meio ambiente ou ecossistema em que há coexistência, ou vaivém, entre espaços virtuais e espaços físicos, entre territórios reais e virtuais de circulação e comunicação. Diríamos, nesta ordem de ideias, que nas redes se trata de uma existência relacional desespacializada e destemporalizada.

Mas, ao mesmo tempo que a tecnologia digital se desmaterializa, e se aliena das coordenadas espaço-temporais (desespacializa e destemporaliza), também institui, segundo Han (2016: 28), a desmediatização. O autor coloca a “comunicação desmediatizada” como resultado da constante presença sem representação: “A desmediatização generalizada põe fim à era da representação. Hoje, cada qual quer estar diretamente presente e apresentar, sem intermediários, a sua própria opinião. A representação cede o seu lugar à presença, ou à coapresentação” (Han, 2016: 28).

Não há lugar para a reflexividade (e para a negatividade) e para o reenvio ao ausente; assim como não há indicialidade ao contexto de uso, de enunciação ou de ocorrência,



ou à situação, tratando-se de uma comunicação, justamente, não situada. A presença subsiste na técnica e nas ligações (por isso quer no suporte quer na inscrição), segundo lógicas de instantaneidade e imaterialidade.

Daqui decorrem várias questões, entre as quais se, com as redes digitais e as mnemotecnologias, a memória perdeu a temporalidade, que é sua dimensão intrínseca e constitutiva, passando as memórias arquivadas a vigorarem de modo emaranhado no tempo tecnológico do presente contínuo (diferentemente da “memória presente das coisas passadas” a que se reportava Santo Agostinho). Ou seja, o passado, o presente e o futuro amalgamam-se e confundem-se, já que a velocidade, a ubiquidade, a (a)apresentação e a aceleração são modalidades da experiência digital. Nessa medida, o arquivo digital também já não é essencialmente topológico, ou “uma archè sem kronos”, como acerca do arquivo afirmou M. A. Babo (2009), graças à lógica atópica (relacional) que impera nas redes.

Ainda uma indagação que decorre de termos convocado Maurice Halbwachs para contrapor que não há memória estritamente individual, na medida em que esta se recoloca nos quadros da memória coletiva. Trata-se de questionar se, nas interconexões das redes digitais, e com a hiperindustrialização da memória, os quadros sociais da memória se esvaem ou se, contrariamente, persistem. Isto na própria medida em que nas redes vigoram a lógica de disseminação e propagação ilimitadas de mensagens, sons, imagens e vídeos, e um poder incondicional arquivístico e rememorativo, cujos efeitos produzem quer a dispersão e o alastramento das memórias, quer o enfraquecimento dos vínculos destas às significações e aos quadros sociais dos grupos. Na rede, o indivíduo mais dificilmente recordará colocando-se no ponto de vista do grupo, em razão desse desenraizamento que advém, justamente, da desmaterialização, da destemporalização, da profusão e da dispersão.

### **Nota final**

Nas interconexões das redes eletrônicas, memória, tempo e lugar estão em vias de sofrer alterações. No digital, a temporalidade é abolida, assim como as distâncias, e imperam as experiências da instantaneidade e da proximidade. A comunicação desterritorializa-se pela via da desmaterialização do espaço e destemporaliza-se, fixando-se num contínuo presente e, por aí, saindo do tempo histórico. Vigora a memória suportada pela técnica, destemporalizada e atópica (sem relação aos tempos e lugares [de memória]).





Se nos média tradicionais, o acontecimento é colocado no espaço e no tempo, recortando-se no passado e nas suas consequências, e reportando-se à história, mesmo que segundo a lógica do presente, do novo e da notícia, nas interconexões digitais, o tempo e o espaço, categorias do acontecimento, da memória e da história, desvanecem-se.

## Referências bibliográficas

- Agostinho (Santo) (1977). *Confissões* (Livro XI). Porto.
- Arendt, H. (1990). *La crise de la culture*. Paris: Gallimard.
- Arendt, H. (2006). *Entre o passado e o futuro*. Lisboa: Editora Relógio d'Água.
- Babo, M. A. (2009). Escrita, memória, arquivo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 40, 45-51.
- Babo-Lança, I. (2010). Configuração mediática do acontecimento e construção da memória colectiva. Os *media*, a memória e a história. *Trajectos*, 17, 53-60.
- Babo-Lança, I. (2011). Configuração mediática dos acontecimentos do ano. *Caleidoscópio*, 10, 67-77.
- Babo-Lança, I. (2012). Acontecimento e memória. In V. França & L. Oliveira (org.), *Acontecimento: reverberações* (pp. 55-66). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Babo, I. (2017). Redes e Ativismo. In M. Di Felice, E. Pereira & E. Roza (org.), *Net-ativismo. Redes digitais e novas práticas de participação* (pp. 77-88). São Paulo: Editora Papyrus.
- Bédarida, F. (1999). L'Histoire. Entre Science et Mémoire?. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp. 335-342). Paris: Éditions Sciences Humaines.
- Benjamin, W. (1992). A obra de arte *na era da sua reprodutibilidade técnica*. In W. Benjamin, *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Bourguignon, F. (1999). L'écriture de l'histoire. Le discours en question. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp. 365-370). Paris: Éditions Sciences Humaines.
- Carey, J. W. (1989/1992). *Communication as Culture. Essays on Media and Society*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Chartier, R. (1999). Les représentations du passé. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp.15-19). Paris: Éditions Sciences Humaines.
- Dayan, D. & Katz, E. (1994/1999). *A história em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Edições Minerva.



Di Felice, M. (2012a). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista Famecos*, 19(1), 27-45.

Di Felice, M. (2012b). *Paisagens pós-urbanas*. Lisboa: Vega.

Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*, 7(2), 49-71.

Febvre, L. (1985). *Combates pela história*. Lisboa: Ed. Presença.

Furtado, J. A. (2009). Os documentos digitais e o 'paradoxo de Roger'. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 40, 53-72.

Halbwachs, M. (1925/2002). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: PUF. Retirado de [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html).

Han, B.-C. (2016). *No exame. Reflexões sobre o digital*. Lisboa: Relógio D'Água.

Koselleck, R. (1990). *Le Futur Passé*. Paris: Ed. de l'EHESS.

Levy, P. (1990). *As tecnologias da inteligência*. Lisboa: Instituto Piaget.

Namer, G. (1999). Les cadres sociaux de la Mémoire. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp. 349-351). Paris: Éditions Sciences Humaines.

Nora, P. (1974). Le retour de l'événement. In J. Le Goff e P. Nora, *Faire de l'histoire* (pp. 210-228). Paris: Gallimard.

Nora, P. (1999). Les Lieux de Mémoire. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp. 343-348). Paris: Éditions Sciences Humaines.

Nora, P. (2002). *L'avènement mondial de la mémoire*. *Tr@nsit online*, 22. Retirado de <http://www.iwm.at/transit/transit-online/lavenement-mondial-de-la-memoire/>.

Park, R. E. (1940/2002). As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento. In Esteves, J. P. (org.), *Comunicação e Sociedade* (pp. 35-48). Lisboa: Livros Horizonte.

Paquot, T. (2009). *L'espace public*. Paris: La Découverte.

Parret, H. (2009). A memória arquivada e a memória figural. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 40, 27-43.

Prost, A. (1999). La mise en intrigue est essentielle pour l'historien. In J.-C. Ruano-Borbalan (org.), *L'Histoire aujourd'hui* (pp. 371-376). Paris: Éditions Sciences Humaines.

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.

Ricoeur, P. (1983). *Temps et Récit I*. Paris: Le Seuil.

Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Le Seuil.

Stiegler, B. (2009). Anamnese e hipomnese. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 40, 11-26.



Sodré, M. (2009). Mutações do discurso informativo. *Trajectos*, 13-14, 29-33.

**Isabel Babo** é agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e doutorada em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. É investigadora do CICANT (Centre for Research in Applied Communication, Culture and New Technologies) e as suas áreas de investigação são a sociologia do acontecimento e da comunicação, as teorias do espaço público, dos média e das redes, com livros, artigos científicos e comunicações sobre configuração mediática dos acontecimentos, média, redes, receção e públicos. É professora catedrática da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (FCAATI) da Universidade Lusófona do Porto.

✉ [isabel.babo.ibl@gmail.com](mailto:isabel.babo.ibl@gmail.com)